



EM DEFESA DE UM DOGMA¹

H.P. GRICE E P.F. STRAWSON²

Nota de apresentação da tradução

O presente texto foi publicado pela primeira vez em 1956, na revista *The Philosophical Review*, que apresenta uma discussão muito relevante para a filosofia contemporânea no século XX, a saber, a discussão acerca da crítica que Quine realiza contra os dogmas do empirismo.

No artigo intitulado *Two Dogmas of Empiricism*, publicado no livro *From a Logical Point of View*, Quine ataca a distinção clássica entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos.

Grice e Strawson pretendem, no presente artigo, argumentar contrariamente à crítica feita por Quine, pois consideram que o autor exige demasiadamente o estabelecimento de critérios que suportem a afirmação da distinção mencionada.

Por fim, o artigo dos autores pretende mostrar como o uso estabelecido da distinção é aceitável, uma vez que ela auxilia na resolução de algumas demarcações filosóficas.

A presente tradução foi feita a partir do texto original, publicado em 1956.

Em seu artigo “Dois dogmas do empirismo”³, o professor Quine faz uma série de críticas à suposta distinção entre enunciados analíticos e sintéticos, e a outras noções associadas. O que ele rejeita é, na verdade, a distinção.⁴ Nós desejamos mostrar que a crítica dele acerca da distinção não justifica sua rejeição desta.

Existem muitos modos em que uma distinção pode ser criticada, e mais de um em que pode ser rejeitada. Ela pode ser criticada por não ser uma distinção nítida (por admitir casos que não ficam claros de modo algum); ou porque os termos em que é costumeiramente destacada são ambíguos (têm mais que um significado); ou porque é confusa (os diferentes

¹ Texto publicado originalmente em: *The Philosophical Review*, vol. 65, Nº 2 (Abril de 1956), pp. 141-158.

² Apresentação e tradução de Jorge Henrique Lima Moreira, professor de filosofia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), doutorando em filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jorgehenrique@phb.uespi.br.

³ W. V. O. Quine, *From a Logical Point of View* (Cambridge, Mass., 1953), pp. 20-46. Todas as referências são para números de páginas neste livro.

⁴ Página 46.

significados sendo habitualmente confundidos). Tais críticas, sozinhas, dificilmente equivaleriam a uma rejeição da distinção. Elas seriam, em vez disso, um prelúdio para a clarificação. Não é este tipo de crítica que Quine faz.

De outro modo, uma distinção pode ser criticada pelo motivo de não ser útil. Pode ser dito que é inútil para certos fins, ou mais, completamente inútil, e, talvez ainda, pedante. Alguém que critique desta maneira pode de fato rejeitar uma distinção, mas em um sentido em que também requeira que ele reconheça sua existência. Ele simplesmente declara que pode continuar sem ela. Mas a rejeição de Quine da distinção analítico-sintético parece ser mais radical que isto. Ele certamente diria que pode continuar sem a distinção, mas não em um sentido que o comprometeria a reconhecer sua existência.

Novamente, ele poderia criticar o(s) modo(s) em que uma distinção é habitualmente exposta ou explanada com o argumento de que essas explicações não tornaram-na realmente clara. E Quine certamente faz tais críticas no caso da distinção analítico-sintético.

Mas ele faz, ou parece fazer muito mais. Ele declara, ou parece declarar, não meramente que a distinção é inútil ou claramente inadequada, mas também que é completamente ilusória, que a crença em sua existência é um erro filosófico. “Que exista uma tal distinção a ser formulada”, ele diz, “é um dogma não empírico dos empiristas, um artigo metafísico de fé”.⁵ É a existência da distinção que ele aponta aqui; então sua rejeição dela parece equivaler à negação da existência dela.

Evidentemente, uma tal posição de ceticismo extremo sobre uma distinção não é em geral justificada meramente por críticas, mas, sobretudo, de tentativas filosóficas para clarificá-la. Existem abundantes distinções formuladas pela filosofia e fora dela que ainda aguardam elucidação filosófica adequada, mas que poucos desejariam declarar como ilusórias. O artigo de Quine, contudo, não consiste inteiramente, apesar de consistir largamente, em criticar tentativas de elucidação. Ele também tenta diagnosticar as causas da crença na distinção, e oferece alguma doutrina positiva, que consiste na aceitação do que ele descreve como incompatível com sua crença. Se existe alguma presunção geral anterior em favor da existência da distinção, então parece que a rejeição radical de Quine deve sossegar bastante nesta parte do artigo, uma vez que a força de tal presunção não é prejudicada por falhas filosóficas para clarificar uma distinção tão apoiada.

Existe uma tal presunção em favor da existência da distinção? *Prima facie*, deve ser admitido que existe. Um apelo à tradição filosófica é, talvez, inexpressivo e certamente

⁵ Página 37.

desnecessário. Mas vale ressaltar que a objeção de Quine não é simplesmente para as palavras “analítico” e “sintético”, mas para a distinção que elas supõem expressar, e, que, em diferentes épocas, os filósofos supuseram expressá-la por meio de pares de palavras ou frases, tais como “necessário” e “contingente”, “a priori” e “empírico”, “verdade de razão” e “verdade de fato”; logo, Quine está certamente em desacordo com uma tradição filosófica que é longa e não totalmente desrespeitável. Mas não há necessidade em apelar apenas à tradição; pois existe também uma prática atual. Podemos apelar para o fato de que aqueles que fazem uso dos termos “analítico” e “sintético” concordam consideravelmente com as aplicações que fazem deles. Eles aplicam o termo “analítico” mais ou menos para os mesmos casos, os recusam mais ou menos para os mesmos casos e hesitam mais ou menos para os mesmos casos. Este acordo se estende não apenas para os casos em que eles foram *ensinados* a caracterizar, mas aos casos novos também. Em resumo, “analítico” e “sintético” têm um *uso* filosófico mais ou menos estabelecido; e isto parece sugerir que é absurdo, até mesmo sem sentido, dizer que não existe tal distinção. Assim, em geral, se um par de expressões contrastantes são habitualmente e geralmente usadas em aplicações para os mesmos casos, *onde estes casos não formam uma lista fechada*, isto é uma condição suficiente para dizer que existem *tipos* de casos em que as expressões se aplicam; e nada mais é necessário para marcar uma distinção.

Em vista da possibilidade deste tipo de argumento pode-se começar a duvidar se Quine realmente sustenta a tese extrema que suas palavras incentivam em atribuir-lhe. É por esta razão que nós fizemos a tentativa de atribuição. Para pelo menos uma interpretação natural da tese extrema, quando nós dizemos de alguma coisa verdadeira que é analítica e de outra coisa verdadeira que é sintética, simplesmente nunca é o caso de marcarmos uma distinção entre elas. E este ponto de vista parece terrivelmente difícil de reconciliar com o fato de um uso filosófico estabelecido (i.e., do acordo geral em vigor em uma classe aberta). Por esta razão, a tese de Quine será melhor representada não como a tese de que não há nenhuma diferença no uso dessas expressões, mas como a tese que a natureza e as razões para a diferença ou as diferenças são totalmente incompreendidas por aqueles que usam as expressões, e que as histórias que eles contam *sobre* a diferença são totalmente cheias de ilusão.

Nós pensamos que Quine possa aceitar esta alteração. Ela poderia, de alguma maneira, servir como base de alguma coisa como uma resposta para o argumento sugerido. Filósofos são notoriamente sujeitos à ilusão e a erros teóricos. Supondo que haveria uma teoria equivocada particular sobre linguagem ou conhecimento tal que, vistos à luz desta teoria, alguns enunciados (ou proposições ou sentenças) pareceriam ter uma característica que nenhum enunciado

realmente tem, ou até mesmo que não faça sentido supor que algum enunciado tenha, e que ninguém que não estivesse influenciado conscientemente ou subconscientemente por esta teoria atribuiria a qualquer enunciado. E supondo que haveria outros enunciados que, vistos desta maneira, não parecem ter esta característica, e outros ainda que apresentassem uma aparência incerta. Então os filósofos que estivessem sob a influência desta teoria tenderiam a marcar a suposta presença ou ausência desta característica por um par de expressões contrastantes, como “analítico” e “sintético”. Agora, nestas circunstâncias, não se poderia dizer que não haveria distinção alguma marcada pelo uso destas expressões, pois haveria pelo menos a distinção que nós temos descrito (a distinção, a saber, entre aqueles enunciados que parecem ter e aqueles a que parece faltar uma certa característica), e pode haver outras diferenças atribuíveis também, que contariam para a diferença de aparência; mas certamente poderia ser dito que a diferença que estes filósofos supõem marcar pelo uso das expressões simplesmente não existe, e talvez também (supondo que a característica em questão seja uma que fosse absurda atribuir a qualquer enunciado) que estas expressões, como usadas, fossem sem sentido ou sem significado. Devemos apenas supor que uma teoria enganosa como esta seria muito plausível e atraente, de forma a reconciliar o fato de um uso filosófico estabelecido por um par de termos contrastantes com a alegação de que a distinção que os termos pretendiam marcar não existe, embora não com a alegação de que simplesmente não existiria uma diferença de qualquer tipo entre as classes de enunciados caracterizadas. Pensamos que a alegação anterior provavelmente seria suficiente para os propósitos de Quine. Mas, para estabelecer tal alegação sobre o tipo de fundamento que indicamos, evidentemente se requer um argumento melhor do que aquele envolvido em mostrar que certas explicações de um termo não se adequam a certos requerimentos de adequação em esclarecimentos filosóficos – e não apenas mais argumentos, mas argumentos de um tipo muito diferente. Pois seria muito difícil manter que a presunção *geral* é que a distinção filosófica incorpora o tipo de ilusão que temos descrito. Desta forma, parece que aqueles filósofos estão propensos a fazer poucas distinções. São as suas assimilações, em vez de suas distinções, que costumam ser falsas.

Até agora argumentamos como se a pretensão anterior em favor da existência da distinção que Quine contestou se apoiava unicamente sobre o fato de um uso *filosófico* acordado para os termos “analítico” e “sintético”. Uma pretensão com apenas esta base não poderia ser contestada por uma estratégia como a que temos delineado. Mas, de fato, se quisermos aceitar o relato de Quine do assunto, então a pretensão em questão não é baseada apenas nisso. Dentre as noções que pertencem à analiticidade está uma que Quine chama de sinonímia cognitiva, e

em função desta ele permite que a noção de analiticidade pudesse ser de algum modo formalmente explicada. Infelizmente, ele complementa, a noção de sinonímia cognitiva é tão confusa como aquela de analiticidade. Dizer que duas expressões, x e y , são cognitivamente sinônimas parece corresponder, grosso modo, ao que nós devemos expressar ordinariamente dizendo que x e y têm o mesmo significado, ou que x significa o mesmo que y . Se é para Quine ser consistente ao seguir a tese extrema, então parece que ele deve manter não apenas que a distinção que nós supomos estar marcando pelo uso dos termos “analítico” e “sintético” não existe, mas também que a distinção que nós supomos estar marcando pelo uso das expressões “significa o mesmo que”, “não significa o mesmo que”, também não existe. Ao menos ele deve manter isso na medida em que a noção de *significar o mesmo que*, em sua aplicação para expressões-predicado, a qual supõe diferir e ir além da noção de *ser verdade apenas dos mesmos objetos que* (Esta noção tardia – que nós poderíamos chamar de “coextensionalidade” – ele está preparado para permitir que seja inteligível, embora, como ele diz corretamente, não é suficiente para a explicação da analiticidade). Bem, agora que ele não pode reivindicar desta vez que o par de expressões em questão (ou seja, “significa o mesmo”, “não significa o mesmo”) é uma propriedade especial dos filósofos, então a estratégia destacada acima de contrariar a presunção de fazer uma distinção genuína não está disponível aqui (ou é, ao menos, muito menos plausível). Portanto, a negação que a distinção realmente exista é extremamente paradoxal (tomada como diferente da distinção entre coextensional e não-coextensional). Envolve dizer que, por exemplo, alguém que defenda seriamente que “solteiro” significa o mesmo que “homem não casado”, mas que “criatura com rins” não significa o mesmo que “criatura com um coração” – supondo que as últimas duas expressões, para serem coextensionais – *ou* não está, de fato, chamando a atenção para qualquer distinção entre as relações entre os membros de cada par de expressões; ou está fazendo uma confusão filosófica sobre a natureza da distinção entre elas. Em ambos os casos, o que ele diz, tomado como ele pretende que seja tomado, é sem sentido ou absurdo. Mais especificamente, isso implica dizer que é sempre sem sentido ou absurdo fazer uma afirmação da forma “Predicados x e y de fato se aplicam para os mesmos objetos, mas não têm o mesmo significado”. Mas o paradoxo é mais violento que isso. Porque nós falamos frequentemente da presença ou ausência de relações de sinonímia entre tipos de expressões – por exemplo, conjunções, partículas de muitos tipos, sentenças inteiras – onde parece não haver nenhum substituto óbvio para a noção ordinária de sinonímia, de modo que coextensionalidade é dita ser um substituto para sinonímia de predicados. Será que tal conversa é sem sentido? Por acaso toda essa conversa de *tradução* correta ou incorreta de

sentenças de uma linguagem para uma outra é sem sentido? É difícil acreditar nisso. Se formos bem-sucedidos no esforço de acreditar nisso ainda teremos renúncias duras diante de nós. Se falar de sinonímia de sentença é sem sentido, então parece que também é sem sentido falar da sentença ter um significado. Pois se fizesse sentido falar de uma sentença ter um significado, ou significar algo, então faria sentido perguntar “O que isso significa?”. E se fizesse sentido perguntar “O que isso significa?” de uma sentença, então a sinonímia de uma sentença poderia ser definida grosseiramente como se segue: Duas sentenças são sinônimas se e somente se alguma resposta verdadeira para a questão “O que isso significa?” perguntada para uma delas também for verdadeira para a outra. É claro que nós não reivindicamos qualquer poder esclarecedor para esta definição. Nós só queremos apontar que se vamos abandonar a noção de sinonímia de sentença como sem sentido, então devemos abandonar a noção de significação⁶ de uma sentença (de uma sentença ter significado) como sem sentido também. Assim, talvez, tenhamos que abandonar a noção de sentido⁷ também. Parece claro que temos aqui um exemplo típico de um paradoxo filosófico. Em vez de examinar o uso atual que fazemos da noção de *significa o mesmo*, o filósofo o mede por, talvez, algum padrão inapropriado (neste caso, algum padrão de clareza), e porque fica aquém deste padrão, ou parece fazê-lo, nega sua realidade, declara-o ilusório.

Temos discutido até agora que existe uma forte presunção em favor da existência da distinção, ou distinções, que Quine desafia – uma presunção repousando tanto sobre um uso filosófico como sobre um uso ordinário – e que essa presunção não é abalada minimamente pelo fato, se for um fato, de que a distinção em questão não tem sido, em algum sentido, adequadamente clarificada. Talvez seja hora para olhar o que seja a noção de Quine de clarificação adequada.

O tema principal deste artigo pode ser mais ou menos sumarizado como se segue. Existe um certo círculo ou família de expressões, das quais “analítico” é uma, de tal modo que se qualquer membro do círculo pudesse ser considerado satisfatoriamente compreendido ou explicado, então outros membros poderiam ser verbalmente e, portanto, satisfatoriamente explicados em termos dele. Outros membros da família são: “autocontraditório” (em um sentido amplo), “necessário”, “sinônimo”, “regra semântica”, e, talvez (mas não em um sentido amplo),

⁶ A expressão inglesa *significance* também é definida por *significado*. Entretanto, preferiu-se atribuir *significado* aos casos de ocorrência de *meaning*. Por esse motivo se preferiu traduzir *significance* por significação. (nota do tradutor)

⁷ A expressão inglesa *Meaning* foi traduzida aqui por *significado*, embora possa ser traduzida como *sentido* também. Entretanto, preferiu-se traduzir assim por achar mais fiel ao texto. Ademais, o texto apresenta o termo *sense*, que, neste caso, foi traduzido por *sentido*.

“definição”. A lista poderia ter adições. Infelizmente, cada membro da família necessita de explicação como qualquer outro. Damos aqui algumas citações de amostra: “A noção de autocontraditoriedade (no sentido amplo requerido da inconsistência) encontra-se necessitada de esclarecimento da mesma maneira que a noção de analiticidade”⁸. Novamente, Quine fala de “uma noção de sinonímia que não requer menos esclarecimento que a noção de analiticidade”⁹. De novo, do advérbio “necessariamente”, como um candidato para uso na explicação da sinonímia, ele diz, “O advérbio *realmente faz sentido?* Supor que faz é supor que nós já *determinamos satisfatoriamente o sentido* de analítico”¹⁰. Determinar “o sentido satisfatoriamente” de uma dessas expressões parece envolver duas coisas. (1) Parece demandar uma explicação que não incorpora nenhuma expressão pertencente ao círculo-família. (2) Parece que a explicação fornecida deve ser do mesmo caráter geral daquelas rejeitadas que incorporam membros do círculo-família (isto é, deve especificar algumas características comuns e peculiares para todos os casos em que, por exemplo, a palavra “analítico” deva ser aplicada; deve ter a mesma forma geral de uma explicação, iniciando com “um enunciado é analítico se e somente se...”). É verdade que Quine não indica explicitamente o segundo requisito; mas como ele nem sequer considera a questão de se algum outro tipo de explicação seria relevante, então parece razoável atribuí-lo a ele. Se nós tomarmos essas duas condições juntas e generalizarmos o resultado, parece que Quine requer da explicação satisfatória de uma expressão que esta deve assumir a forma de uma definição bastante rigorosa, mas não fazer uso de nenhum membro de um grupo de termos interdefiníveis ao qual a expressão pertence. Começamos a sentir muito bem que a explicação satisfatória é difícil de encontrar. O outro elemento da posição de Quine é um que nós já comentamos em geral, antes de perguntar o que (de acordo com ele) é que conta como uma explicação satisfatória. É o passo de “Nós não demos um sentido satisfatório (fornecemos uma explicação satisfatória) de *x*” para “*x* não faz sentido”.

Parece bastante desarrazado *em geral* insistir que a disponibilidade de uma explicação satisfatória no sentido acima esboçado é uma condição necessária para uma expressão fazer sentido. É talvez duvidoso que *uma* tal explicação possa *sempre* ser dada (A esperança de que eles possam ser é, ou era, a esperança de uma análise redutiva em geral). Mesmo que tais explicações pudessem ser dadas em alguns casos, haveria uma concordância geral de que existiriam outros casos em que elas não pudessem. Alguém poderia pensar, por exemplo, de um grupo de expressões que incluem “moralmente errado”, “culpado”, “violação

⁸ Página 20.

⁹ Página 23.

¹⁰ Página 30, itálico nosso.

das regras morais” etc.; ou de um grupo que inclui os conectivos proposicionais e as palavras “verdadeiro” e “falso”, “enunciado”, “fato”, negação”, “asserção”. Poucas pessoas gostariam de dizer que as expressões pertencentes a qualquer desses grupos eram sem sentido, sob o argumento de que elas não tinham sido definidas formalmente (ou mesmo sob o argumento de que era impossível formalmente defini-las), exceto em termos de membros do mesmo grupo. Pode, contudo, ser dito que enquanto a indisponibilidade de uma explicação satisfatória, no sentido especial descrito, não era uma razão *geralmente* suficiente para declarar que uma expressão dada era sem sentido, no entanto, era uma razão suficiente no caso de expressões de analiticidade. Mas quem disse isso teria que adicionar uma razão para discriminar desta forma as expressões deste grupo. A única razão plausível, que é mais difícil sobre estas expressões que sobre outras, é um refinamento acerca de uma consideração que já tivemos antes de nós. Parte-se do ponto que “analítico” e “sintético” são elas mesmas expressões filosóficas técnicas. Para a réplica de que outras expressões da família referidas, tais como “significa o mesmo que” ou “incosistente com” ou “autocontraditório” não são expressões técnicas, mas propriedades comuns, a resposta seria que, sem dúvida, para qualificá-las para serem incluídas no círculo da família, estas expressões têm de ser usadas em sentidos ajustados e precisos (ou pseudosentidos), o que elas não possuem ordinariamente. Este é o fato, então: de que todos os termos pertencentes ao círculo são *ou* termos técnicos *ou* termos ordinários, usados nos sentidos especialmente ajustados, que podem ser mantidos para nos justificar como sendo particularmente suspeitos das reivindicações dos membros do círculo terem algum sentido. E, portanto, para nos justificar, exigindo que eles passem por um teste de significância que, reconhecidamente, seria muito rigoroso se fosse aplicado com frequência. Este ponto tem muita força, embora duvidemos que os ajustes especiais mencionados sejam, em todos os casos, tão consideráveis quanto sugeridos (Isto parece particularmente improvável no caso da palavra “inconsistente” – um membro perfeitamente bom do vocabulário metalógico não técnico). Mas, embora o ponto tenha alguma força, ele não tem a força que seria exigida para nos justificar em insistir que as expressões destacadas devam passar exatamente nesse teste para a significância que está em questão. O fato, caso seja um, de que as expressões não podem ser explicadas precisamente do modo que Quine parece exigir não significa, no entanto, que elas não possam ser explicadas em absoluto. Não existe necessidade de tentar ignorá-las como expressando ideias inatas. Elas podem e são explicadas, embora de um modo menos formal do que Quine considera (E o fato de que elas são tão explicadas se encaixa com os fatos, primeiro, de que existe um uso filosófico geralmente aceito para elas, e segundo, que este uso é técnico ou

ajustado especialmente). Para ilustrar brevemente o ponto de um membro da família da analiticidade, vamos supor que nós estamos tentando explicar para alguém a noção de *impossibilidade lógica* (um membro da família que Quine presumivelmente considera como não mais claro que qualquer outro), e nós decidimos fazer isso trazendo o contraste entre impossibilidade lógica e impossibilidade natural (ou causal). Podemos tomar como exemplos a impossibilidade lógica de uma criança de três anos ser um adulto, e a impossibilidade natural de uma criança de três anos entender a Teoria dos Tipos de Russell. Podemos instruir nosso aluno a imaginar duas conversas, onde uma das quais começa com alguém (X) fazendo a afirmação:

(I) “O filho de três anos de meu vizinho entende a teoria dos tipos de Russell”; e uma outra que começa com alguém (Y) fazendo a afirmação:

(I’) “O filho de três anos de meu vizinho é um adulto”.

Não seria inapropriado responder a X tomando a observação como uma hipérbole:

(2) “Você quer dizer que a criança é particularmente um rapaz brilhante”.

Se X dissesse:

(3) “Não, eu quis dizer o que eu disse – ele realmente entende isso”, alguém pode estar inclinado a responder:

(4) “Não acredito em você – a coisa é impossível”.

Mas se a criança fosse então apresentada e expusesse a teoria corretamente (como se sabe, ela não faria), respondendo às questões sobre a teoria, a criticasse, e assim por diante, então seria forçoso reconhecer, por fim, que a afirmação seria literalmente verdadeira e que a criança seria um prodígio. Considere agora a reação de alguém referente à afirmação de Y. Para começar, isto pode ser um pouco similar ao caso anterior. Alguém pode dizer:

(2’) “Você quis dizer que ele é incomumente sensato ou muito avançado para a idade dele”.

Se Y responde:

(3’) “Não, eu quis dizer o que eu disse”,

Podemos reagir:

(4’) Talvez você quisesse dizer que ele não crescerá mais, ou que ele é um tipo de aberração, que ele já está totalmente desenvolvido”.

Y reage:

(5’) “Não, ele não é uma aberração, mas apenas um adulto”.

Neste estágio – ou, possivelmente, se formos pacientes, um pouco mais tarde – estaremos inclinados a dizer que nós apenas não entendemos o que Y está dizendo, e suspeitamos que ele apenas não sabe o significado de algumas das palavras que está usando. A menos que ele esteja preparado para admitir que está usando palavras em um sentido figurado ou não usual, podemos dizer, não que não acreditamos nele, mas que as palavras dele *não* têm sentido. E, para qualquer tipo de criação produzida para nossa inspeção, isso não nos levará a dizer que o que Y disse era literalmente verdadeiro, mas, no máximo, que agora vemos o que ele quis dizer. Como um sumário da diferença entre as duas conversas imaginárias, podemos dizer que, em ambos os casos, nós tenderíamos a começar por supor que os outros falantes estavam usando palavras de um modo figurativo, ou não usual, ou mesmo restrito; mas em face de sua reivindicação repetida de estar falando literalmente, seria apropriado, no primeiro caso, dizer que nós não acreditamos nele e, no segundo, que nós não o entendemos. Se, como Pascal, achamos prudente nos preparar contra riscos muito extensos, então, no primeiro caso, devíamos saber o que preparar; no segundo, não deveríamos ter ideia.

Damos este como um exemplo de apenas um tipo de explicação informal, em que podemos recorrer no caso de uma noção de analiticidade (não queremos sugerir que este é o único tipo). Mais exemplos, com diferentes, embora conectados, tipos de tratamentos, podem ser necessários para ensinar a nosso aluno o uso da noção de impossibilidade lógica em sua aplicação para os casos mais complicados – se, de fato, ele não pegou em algum caso. É claro que este tipo de explicação não fornece um enunciado formal de condições necessárias e suficientes para a aplicação da noção referida. E por isso não cumpre uma das condições que Quine parece requerer de uma explicação satisfatória. Por outro lado, parece cumprir a(s) outra(s). Isso quebra o círculo da família. A distinção a que finalmente chegamos a apoiar é entre não acreditar em algo e não entender algo; ou entre a incredulidade cedendo à convicção, ou a incompreensão cedendo à compreensão. Seria precipitado manter que *esta* distinção não precisa de clarificação; mas seria absurdo manter que não existe. Em face da disponibilidade deste tipo informal de explicação para a noção do grupo de analiticidade, o fato de que eles não receberam outro tipo de explicação (que é duvidoso se *alguma* expressão *já* recebeu) parece uma base totalmente inadequada para a conclusão de que as noções são pseudo-noções, que as expressões que pretendem expressá-las não têm sentido. Dizer isto não significa negar que seria filosoficamente agradável, e um objeto próprio do esforço filosófico, encontrar uma caracterização geral mais esclarecedora das noções deste grupo do que alguma outra que tenha sido dada até o momento. Mas a questão de como isso pode ser feito é bastante irrelevante para

a questão de se as expressões que pertencem ou não ao círculo têm um uso inteligível e marcam distinções genuínas.

Até agora tentamos mostrar que as seções 1 a 4 do artigo de Quine – o ônus disso é que as noções de analiticidade não foram satisfatoriamente explicadas – não estabelecem a tese radical que ele parece estar discutindo. Resta ser visto se as seções 5 e 6, em que o diagnóstico e a teoria positiva são oferecidos, tem algum sucesso a mais. Mas, antes de nos voltarmos a elas, existem dois pontos que valem a pena ressaltar, que surgem das primeiras duas seções.

(1) A primeira diz respeito ao que Quine diz sobre *definição* e *sinonímia*. Ele anota que definição como alguns supuseram, não “sustenta a chave para sinonímia e para analiticidade”, visto que “definição – exceto nos casos extremos de introdução explicitamente convencional de novas notações – depende das relações anteriores de sinonímia”¹¹. Mas agora considere o que ele diz sobre os casos extremos: “Aqui o definiendum se torna sinônimo do definiens simplesmente porque foi criado expressamente com o propósito de ser sinônimo deste. Aqui temos um caso realmente transparente de sinonímia criada por definição; que todas as espécies de sinonímia seriam inteligíveis”. Agora, se tomarmos essas palavras de Quine seriamente, então a posição dele é incoerente *como um todo*. É como a posição de um homem para quem estamos tentando explicar a ideia de uma coisa que se encaixa em outra, ou duas coisas se encaixando, e então ele diz: “Posso entender o que significa dizer que uma coisa se encaixa em outra, ou que duas coisas se encaixam, no caso onde uma foi feita especialmente para encaixar a outra; mas não posso entender o que significa dizer isso em qualquer outro caso”. Talvez não devêssemos tomar as palavras de Quine tão seriamente. Mas se não é assim, então temos o direito de perguntar-lhe exatamente qual estado de coisas ele acha que é causado por definição explícita, que relação entre expressões é estabelecida por este procedimento e por que ele acha ininteligível sugerir que o mesmo estado de coisas (ou um estreitamente análogo), ou relação, devia existir na ausência deste procedimento. De nossa parte, devíamos estar inclinados a pegar as palavras de Quine seriamente (ou algumas delas) e reverter suas conclusões; e manter que a noção de sinonímia por convenção explícita seria ininteligível se a noção de sinonímia por uso não fosse pressuposta. Não pode existir lei onde não existe costume, ou regras onde não existem práticas (embora talvez possamos entender melhor o que é uma prática ao olhar uma regra).

(2) O segundo ponto surge de um parágrafo da página 32 do livro de Quine. Citamos:

¹¹ Página 27.

Eu não sei se o enunciado “Toda coisa verde é extensa” é analítico. Agora, minha indecisão sobre este exemplo realmente revela um entendimento incompleto, uma compreensão incompleta de “significados”, “verde” e “extenso”? Acho que não. O problema não é com “verde” ou “extenso”, mas com “analítico”.

Se, como Quine diz, o problema é com “analítico”, então, sem dúvida, o problema deve desaparecer quando “analítico” é removido. Vamos removê-lo e substituí-lo pela palavra que o próprio Quine contrastou favoravelmente com “analítico” em relação à clareza – a palavra “verdade”. A indecisão desaparece de uma vez por todas? Achamos que não. A indecisão sobre “analítico” (e igualmente, neste caso, a indecisão sobre “verdade”) surge, é claro, de uma outra indecisão, a saber, aquela que sentimos quando confrontados por questões tais como “Devemos contar um *ponto* de luz verde como *extenso* ou não”? Como é bastante frequente em tais casos, a hesitação surge do fato de que as fronteiras de aplicação das palavras não são determinadas pelo uso em todas as direções possíveis. E o exemplo que Quine escolheu é particularmente infeliz para sua tese, de modo que se torna evidente que nossas hesitações não são *aqui* atribuíveis a obscuridades em “analítico”. Seria possível escolher outros exemplos, de maneira que devemos hesitar entre “analítico” e “sintético”, e temos poucos escrúpulos para “verdade”. Mas não mais, neste caso, do que no caso da amostra, a hesitação implica necessariamente qualquer obscuridade na noção de analiticidade; por conta da hesitação, seria suficientemente considerado pelo mesmo tipo de indeterminação ou um similar nas relações entre as palavras que ocorrem dentro do enunciado sobre a qual a questão é criada, a saber, se é analítico ou sintético.

Consideremos brevemente a teoria positiva de Quine das relações entre, por um lado, os enunciados que aceitamos como verdadeiros ou rejeitamos como falsos, e, por outro, as “experiências” à luz do que fazemos, aceitando ou rejeitando. Essa teoria é corajosamente esboçada, ao invés de declarada com precisão¹². Vamos extrair dela apenas duas asserções, uma das quais Quine torna incompatível com a admissão da distinção de enunciados analíticos e sintéticos. Quanto à outra, ele considera como barrando um caminho para uma explicação para essa distinção. Devemos procurar mostrar que a primeira asserção não é incompatível com a admissão das distinção, mas é, ao contrário, mais inteligivelmente interpretada de uma maneira bastante consistente com ela; e que a segunda asserção deixa o caminho aberto precisamente para o tipo de explicação que Quine pensa que impede. As duas asserções são as seguintes:

¹² Cf. páginas 37-46.

(I) É uma ilusão supor que exista alguma classe de enunciados aceitos cujos membros são, em princípio, “ímmunes à revisão” à luz da experiência, i.e., algo que aceitamos como verdadeiro e que devemos continuar a aceitar como verdadeiro aconteça o que acontecer.

(II) É uma ilusão supor que um enunciado particular, tomado como isolado dos demais, possa admitir confirmação ou não. Não existe enunciado particular de modo que uma experiência particular ou conjunto de experiências decida de uma vez por todas se o enunciado é verdadeiro ou falso, independentemente de nossas atitudes para como todos os outros enunciados.

A conexão aparente entre estas duas doutrinas pode ser resumida da seguinte forma: independentemente da experiência que possamos ter, é, em princípio, possível manter ou rejeitar qualquer enunciado particular de que gostamos, desde que estejamos preparados para fazer revisões bastante extensivas em outros lugares de nosso sistema de crenças. Na prática, nossas escolhas são governadas largamente por considerações de conveniência. Desejamos que nosso sistema seja tão simples quanto possível; mas também desejamos que os distúrbios, que existem, sejam tão pequenos quanto possível.

A aparente relevância destas doutrinas para a distinção analítico-sintético é óbvia no primeiro caso, mas não no segundo.

(1) Já que é uma ilusão supor que a característica de imunidade em princípio de revisão, venha o que vier, pertence, ou possa pertencer, a algum enunciado, logo é uma ilusão supor que existe uma distinção a ser delineada entre enunciados que possuem esta característica e enunciados que não possuem. No entanto, Quine sugere, esta é precisamente a distinção que aqueles que usam os termos “analítico” e “sintético” supõem ser delineada. O ponto de vista de Quine talvez também seja (embora ele não diga explicitamente isso no artigo em consideração) que aqueles que acreditam na distinção estão inclinados, ao menos algumas vezes, a confundir a característica de revisão fortemente resistente (que pertence a crenças centralmente situadas no sistema) com a característica mítica de total imunidade de revisão.

(2) A conexão entre a segunda doutrina e a distinção analítico-sintético ocorre, de acordo com Quine, através da teoria verificacionista do significado. Ele diz: “ Se a teoria da verificação pode ser aceita como uma explicação adequada de sinonímia de enunciado, a noção de analiticidade está salva depois de tudo”¹³. Pois, em primeiro lugar, dois enunciados podem ser considerados sinônimos se e apenas se alguma experiência contribua ou prejudique a confirmação de um; ou contribua ou prejudique a confirmação do outro, no mesmo grau; e, em segundo lugar, sinonímia pode ser usada para explicar analiticidade. Mas, Quine parece discutir,

¹³ Page 38.

a aceitação de uma tal explicação de sinonímia só pode resultar na crença equivocada de que enunciados individuais, tomados isoladamente dos demais, podem admitir confirmação ou não. Assim que desistirmos da ideia de um conjunto de condições de verdade experienciais para cada enunciado tomado separadamente, então desistimos da ideia de explicar sinonímia em termos da identidade de tais conjuntos.

Vamos mostrar agora que as relações entre estas doutrinas e a distinção analítico-sintético não são como Quine supõe. Tomemos a segunda doutrina primeiro. É fácil ver que a sua aceitação não obrigaria ninguém a abandonar, mas apenas revisar, a explicação sugerida de sinonímia. Quine não nega que enunciados particulares são confirmados ou não, ou ainda se são rejeitados ou aceitos a partir da experiência. Ele apenas nega que essas relações entre enunciados particulares e experiências permaneçam independentes de nossas atitudes em relação a *outros* enunciados. Ele defende que a experiência pode confirmar ou não um enunciado particular apenas quando são dadas certas suposições sobre a verdade ou falsidade de outros enunciados. Quando nos deparamos com uma “experiência recalcitrante”, diz ele, sempre temos uma escolha de quais enunciados alterar. O que temos que renunciar é determinado pelo que estamos ansiosos em preservar. Este ponto de vista, contudo, requer apenas uma ligeira modificação da definição de sinonímia de enunciado em termos de confirmação e de não confirmação. O que temos que dizer agora é que dois enunciados são sinônimos se e somente se quaisquer experiências que, *em certas suposições sobre os valores de verdade de outros enunciados*, confirmarem ou não confirmarem um dos pares, também, *nas mesmas suposições*, confirmarem ou não o outro no mesmo grau. Mais especificamente, Quine deseja substituir o que ele concebe ser uma imagem bastante simplificada das relações de confirmação entre enunciados particulares e experiências particulares, que seria a ideia de uma relação frouxa denominada por ele de “ligação” (p. 43). De qualquer maneira, “ligação” é para ser compreendida, o que aparentemente continuaria a fazer sentido ao falar de dois enunciados como permanentes na mesma relação de ligação para as mesma experiências particulares. Então, o ponto de vista de Quine não apenas é consistente com, mas até sugere, uma alteração da sinonímia de enunciado ao longo dessas linhas. Não estamos, é claro, preocupados em defender uma tal explicação, ou até mesmo em afirmá-la com alguma precisão. Estamos preocupados apenas em mostrar que a aceitação da doutrina quineana da confirmação empírica não implica, como ele diz, em desistir da tentativa de definir sinonímia de enunciado em termos de confirmação.

A doutrina que defende que não existe enunciado que, em princípio, seja imune à revisão considera que não existe enunciado que não possa ser abandonado em face da experiência. A aceitação desta doutrina é bastante consistente com a adesão à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos. O adepto *desta* distinção deve insistir em outra, a saber, a distinção entre aquele tipo de desistência que consiste meramente em admitir falsidade, e aquele tipo de desistência que envolve mudança ou abandono de um conceito ou conjunto de conceitos. Qualquer formulação de palavras uma vez realizada para expressar alguma coisa verdadeira pode, sem dúvida, em outro momento, ser realizada para expressar algo falso. Mas não é apenas o filósofo que distinguirá entre o caso onde isto acontece como resultado de uma mudança de opinião unicamente como uma questão de fato e o caso onde isto acontece, ao menos em parte, como resultado de uma mudança no sentido das palavras. Se tal mudança no sentido das palavras é uma condição necessária para a mudança no valor de verdade, então o partidário da distinção dirá que a formulação em questão muda de expressão de um enunciado analítico para um enunciado sintético. Não estamos preocupados e nem fomos chamados a elaborar uma teoria adequada de revisão conceitual, ainda mais que não fomos chamados, até agora, a elaborar uma teoria adequada de sinonímia. Se faz sentido a ideia de que a mesma formulação de palavras, tomada de uma maneira pode expressar algo verdadeiro (ou admitindo um sentido), e tomada de outra maneira pode expressar algo falso (ou admitindo outro sentido), então faz sentido a ideia de revisão conceitual. E, se faz sentido essa ideia, então se pode perfeitamente bem preservar a distinção entre o analítico e o sintético, enquanto se concede a Quine a revisibilidade-em-princípio de qualquer coisa que dizemos. Como a ideia de que a mesma formulação de palavras, tomada de maneiras diversas, pode admitir sentidos diferentes e talvez ser usada para dizer coisas com diferentes valores de verdade, então o ônus de mostrar que isso é, de alguma maneira, um erro ou uma ideia confusa recai sobre Quine. O ponto substancial que Quine está defendendo (ou um deles), a partir desta ênfase em revisibilidade, é que não existe necessidade absoluta sobre a adoção ou o uso de algum esquema conceitual, contudo, ou, mais estreitamente e em termos que ele rejeitaria, que não existe proposição analítica tal que nós *devamos* ter formas linguísticas que admitam apenas o sentido exigido para expressar essa proposição. Uma coisa é admitir isto, e outra bem diferente é dizer que não existem necessidades dentro de qualquer esquema conceitual que nós adotamos ou usamos, ou, mais estreitamente novamente, que não existem formas linguísticas que expressem proposições analíticas.

O partidário da distinção analítico-sintético pode ir mais longe e admitir que podem haver casos (provavelmente no campo da ciência) onde seria sem sentido questionar se uma mudança no valor de verdade atribuído de um enunciado representou uma revisão conceitual ou não. E também seria sem sentido questionar acerca da distinção analítico-sintético. Não podemos citar esses casos, mas esta inabilidade pode ser muito bem o resultado da ignorância das ciências. Em alguns casos, a existência, se é que existem, de enunciados sobre os quais é inútil questionar se são analíticos ou sintéticos, não implica a inexistência de enunciados que são claramente classificáveis em um ou outro desses modos. E ainda de enunciados em que nossa hesitação sobre eles tem diferentes fontes, tais como a possibilidade de interpretações alternativas de formulações linguísticas em que são expressados.

Isso conclui nosso exame do artigo de Quine. Ficará evidente que nossa proposta foi totalmente negativa. Objetivamos apenas mostrar que o caso de Quine contra a existência da distinção analítico-sintético não é satisfatoriamente apresentado. Seu artigo tem duas partes. Em uma delas, as noções de analiticidade são criticadas no campo que elas não foram explicadas adequadamente. Na outra, uma teoria positiva da verdade é delineada, pretendendo ser incompatível com as teses dos que acreditam na distinção analítico-sintético que deve ser, ou é provável que seja, comprometida. De fato, apenas contestamos que nenhum ponto foi estabelecido para que aqueles que aceitam as noções de analiticidade sintam alguma tensão em acomodar em seus próprios sistemas de crenças. Isto não é negar que muitos dos pontos levantados são de primeira importância, em conexão com o problema de fornecer uma explicação geral satisfatória da analiticidade e conceitos relacionados. Estamos aqui apenas criticando a tese de que estes pontos justificam a rejeição da distinção analítico-sintético como ilusória, e as noções que pertencem à mesma família.

H. P. Grice e P. F. Strawson
Oxford University

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRICE, H. P. STRAWSON, P. F. In Defense of a Dogma. In: *The Philosophical Review*, vol. 65, Nº 2 (Abril de 1956), pp. 141-158.

QUINE, W. V. O. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Massachusetts: 1953, pp. 20-46.